

OSÓRIO e a preparação para a Guerra da Tríplice Aliança

Sergio Roberto Dentino Morgado

.....

Há 140 anos, em abril de 1865, o então Brigadeiro Manoel Luís Osório rompia de Montevideú, conduzindo o Exército Imperial na direção do Paraguai, para cobrar de Solano Lopes a afronta que impusera ao Brasil, invadindo o Mato Grosso, por terra e pelo Rio Paraguai, matando nossa gente e saqueando nossa terra, dando início a uma guerra cujo objetivo principal era criar o Paraguai Maior, uma federação de estados platinos que seria formada pelo Paraguai, pelas províncias platinas da Mesopotâmia Argentina, pelo Uruguai e pelo Sul do Brasil.

Osório, patrono da Cavalaria brasileira, nasceu em Conceição do Arroio, hoje Município de Osório, no Rio Grande do Sul, em 10 de maio de 1808, no mesmo ano em que chegavam ao Brasil D. João, Príncipe de Bragança, e a família real portuguesa, transmigrados da Europa para escapar das tropas francesas do General Junot, que incorporavam, naquele ano, a Península Ibérica ao Império de Napoleão Bonaparte.

O pai de Osório, Manoel Luís da Silva Borges, pequeno estancieiro da região de Santo Antônio da Patrulha, alistou-se, por volta de 1811, no exército pacificador de Don Diogo de Souza, Capitão-Gener



al do Rio Grande, e participou das lutas pelo controle do Rio da Prata, iniciadas em 1680, com a fundação, pelos portugueses, da Colônia do Sacramento, bem em frente de Buenos Aires, sua opositora hispânica.

A fé de ofício do pai de Osório é muito rica e se estende até 1828, durante as lutas no Sul pela consolidação de nossa independência, quando é reformado, como tenente-coronel, em virtude de um acidente. Sua conduta reta, oferecida como exemplo, foi a grande herança que legou a seus filhos.

A entrada de Osório no ofício das armas se dá quando acompanha seu pai na incorporação às tropas do Marechal Lecor, para garantir a independência do Brasil na Província Cisplatina, nas ações contra



Osório combatendo na Batalha do Avaí.
Quadro de Pedro Américo.
Museu Nacional de Belas Artes, RJ.

as tropas lusas que não aderiram ao movimento libertador consumado no Arroio Ipiranga por D. Pedro de Bragança, então futuro imperador.

Senta praça na Cavalaria da Legião de São Paulo em 1º de maio de 1823, com 15 anos de idade e, dias depois, recebe seu batismo de fogo, em luta contra tropas de cavalaria portuguesas, nas proximidades de Montevideú. Os paulistas, desde quando a epopéia bandeirante rompeu a linha de Tordesilhas, tiveram uma participação fundamental na incorporação do território ao sul de Laguna ao espaço brasileiro.

Homem de poucas letras, porém muito inteligente, Osório forjou seu espírito nas campanhas que varriam o chão do Continente de São Pedro e consolidavam a Nação naquele meridião. A tarimba surgiu no aprendizado do dia-a-dia, no lombo do cavalo, nas conversas ao pé do fogo, no perpassar da cuia do chimarrão. E com ela, brotou também a liderança, fru-

to de seu caráter límpido, generoso, arfando de lealdade, esbanjando bravura e tantos outros predicados que ornaram a sua personalidade ímpar.

Sua trajetória incorporou à sua fé de ofício várias passagens que a dignificaram, a começar pela sua presença nos episódios da Guerra Cisplatina que redundaram na independência do Uruguai, como o Combate de Sarandi, contra os orientais de Lavalleja, onde salvou o seu chefe, Bento Manuel, o qual por esse motivo lhe destinou sua lança. Participou da batalha do Passo do Rosário como alferes do 5º Regimento de Cavalaria de Linha, herdeiro do famoso Regimento de Dragões do Rio Pardo, cuja história coincide com as origens do Rio Grande do Sul. Combateu pelas forças imperiais na Revolução Farroupilha, quando começou a travar contato com Caxias, que viera pacificar o Rio Grande. Durante a campanha – que durou dez anos e na qual se afir-

mou como grande soldado – de tenente, sempre promovido por bravura, chega ao posto de tenente-coronel, comandante do 2º Regimento de Cavalaria de Linha, o antigo 5º, que recebera nova numeração.

Os conflitos no Prata prosseguiram e, em 1851, Osório participou das operações contra Manoel Oribe, presidente do Uruguai, e contra o General Juan Manuel Rosas, presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, posicionando-se contra a reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata, o que resultaria no controle da navegação naquela bacia e no isolamento da Província de Mato Grosso, contrariando os interesses do Brasil naquela região. No comando do regimento, participou, de forma relevante, da batalha de Monte Caseros, que decidiu a guerra. O Exército Nacional era comandado, nessa ocasião, pelo Marechal Luiz Alves de Lima e Silva.

Reconhecido pelo seu valor, tornou-se personalidade ilustre da província e ingressou na política. Liberal por crença, sofreu as maledicências e as agruras do embate partidário, mas não se afastou do seu ofício, nem de sua crença, que lhe moldavam o caráter.

Promovido a brigadeiro, participou, no comando de uma divisão, de uma nova intervenção no Uruguai, na qual um exército de pacificação, comandado pelo Marechal João Propício Mena Barreto, ajudou os colorados de Venâncio Flores, aliados do Brasil, a assumir o poder no Estado Oriental. No ano de 1864, a trajetória de Osório se inseriu no contexto das causas, remotas ou imediatas, da Guerra da Tríplice Aliança.

A invasão do Uruguai serviu de motivo para a intervenção militar paraguaia na política do Prata. Retomemos, então, o dia 12 de novembro de 1864, quando o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, conduzindo o futuro Governador de Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos, foi aprisionado após deixar o porto de Assunção em direção a Cuiabá. No dia seguinte, 13 de novembro, o Governo paraguaio

entregou uma nota, datada da véspera, rompendo relações com o Brasil e suspendendo a livre navegação de embarcações brasileiras pelo Rio Paraguai.

Paralelamente, prosseguia a intervenção brasileira no Uruguai em apoio a Venâncio Flores na longa guerra civil que infelicitava toda a população oriental e, também, o enorme contingente brasileiro que ali habitava, seus bens e seus interesses, representados pelo comércio do couro e do charque.

O Exército Imperial, com 7.000 homens, a maioria vinda dos corpos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, ao comando de Mena Barreto, invadiu o território oriental em 1º de dezembro, tomou Paissandu em 2 de janeiro, estabeleceu o cerco de Montevidéu a 2 de fevereiro e, no dia 20, com a assunção do General Flores ao governo, concluiu sua missão. Composto por duas divisões, comandadas pelos brigadeiros Manoel Luis Osório e José Luis Mena Barreto, o Exército teve o apoio da artilharia de Mallet e da esquadra de Tamandaré. Esse exército foi o núcleo das forças que iriam combater os paraguaios nos cinco anos seguintes.

A invasão do território brasileiro, em dezembro de 1864, às vésperas do Natal, seguiu-se ao aprisionamento do navio *Marquês de Olinda*, mas a preparação para a guerra começou dez anos antes, em 1855, quando D. Carlos Lopes, pai de Solano, proibiu a livre navegação no Rio Paraguai, levando o Brasil a se opor ao ato, deslocando uma esquadra de vinte navios até o Prata para impor seus direitos.

Solano, então ministro da Guerra, general desde os 19 anos de idade, em 1853, estivera na Europa em missão diplomática nas cortes europeias e fizera contato com várias firmas, principalmente inglesas, das quais conseguiu apoio financeiro e material. Lá contratou centenas de técnicos, engenheiros civis, navais, mecânicos, especialistas em minas, estradas de ferro, produção de aço, torpedos e canhões, instru-

tores militares, além de médicos, arquitetos e professores, ao todo 231 estrangeiros.¹ Encomendou e adquiriu navios, comprou armamento e munições, começou a armar e preparar o Paraguai para a guerra.

Duas colunas partiram do Paraguai para invadir Mato Grosso, província com cerca de oitenta mil habitantes, três mil guardas nacionais e novecentos homens da tropa de 1ª linha, praticamente desarmada. Pelo rio, quatro mil homens ao comando do Coronel Vicente Barrios, cunhado de Lopes, usando cinco barcos a vapor, atacaram e conquistaram o Forte Coimbra em 26 de novembro de 1864 e ocuparam Corumbá em 4 de janeiro. Por terra, 3.500 homens, ao comando do Coronel Francisco Resquim, atacaram Bella Vista, ocuparam Nioaque em 2 de janeiro e atingiram Coxim em 24 de abril. Resquim havia feito um reconhecimento da área de operações, entre novembro de 1863 e fevereiro do ano seguinte, disfarçado de fazendeiro interessado em comprar terras em Mato Grosso.

A reação brasileira foi imediata e indignada. Por decreto de 7 de janeiro, o Governo Imperial criou os Corpos de Voluntários da Pátria. D. Pedro II se alistou como o voluntário nº 1. De pronto, dez mil brasileiros se apresentaram em todo o território nacional. O Governo Imperial convocou 15 mil guardas nacionais. Eles eram cerca de 420 mil, espalhados pelas províncias. De São Paulo, em 10 de abril, partiu o primeiro contingente, em direção a Uberaba, para se juntar às tropas mineiras e, em 21 de abril de 1867, dois anos depois, atingir a Fazenda Laguna, em território paraguaio. Essas tropas vão protagonizar a epopéia conhecida como “A Retirada da Laguna”, cuja história é maravilhosamente narrada por Taunay em obra desse título, publicada pela Biblioteca do Exército.

A guerra contra os paraguaios foi feita em quatro contextos.

• *A marcha dos exércitos aliados pela mesopotâmia argentina*: ação que durou quase um ano, conta-

da da partida do Exército Imperial de Montevideu, em 27 de abril de 1865, até a penetração dos aliados no território paraguaio, em Passo da Pátria, no dia 16 de abril de 1866.

• *A luta para a conquista de Humaitá*: primeiro objetivo definido pelo Conselho de Guerra instalado em Buenos Aires, logo após a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, e do qual participaram Osório, Tamandaré, Mitre, Flores e Urquiza, compreendendo o período que vai da invasão (16 de abril de 1866) até a ocupação da fortaleza, em 05 de agosto de 1868, computando mais de dois anos de preparações, sofrimentos, discussões políticas e estratégicas, ações as mais diversas, seja por terra, pelo rio ou pelos pântanos.

• *A perseguição, o cerco e a destruição do Exército de Solano Lopes na linha do Piquiciri*, onde se projeta o elevado nível de capacitação atingido pelo nosso Exército no decorrer da Campanha e se ressalta a elevada importância de Caxias como chefe militar, comparável aos maiores que a História Militar registra como ícones de referência.

• *O fecho da guerra na campanha da Cordilheira*, que durou de 16 de abril de 1869, data em que o Príncipe consorte Gaston de Orleans, o Conde D’Eu, assumiu o comando do Exército Imperial no Paraguai, até 1º de março de 1870, data da morte de Solano Lopes e que tem sido usada pelos revisionistas para matizar a guerra como um todo.

Nesse ligeiro ensaio, iremos tratar da formação da Força Expedicionária Imperial, que irá desagrar as ofensas cometidas por Solano Lopes contra a honra e o patrimônio nacionais. Osório, a quem coube o seu mando e a organização inicial, assumiu seus encargos, ainda brigadeiro, em 1º de março de 1865, com um efetivo de 9.500 homens, sendo 5.200 infantess (dez batalhões de 1ª linha, os corpos de Polícia das províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, e o Corpo de Guarnição da Província do Espírito Santo) aos quais se so-

mavam os 2.100 cavalarianos rio-grandenses (quatro regimentos de 1ª Linha e sete corpos provisórios da Guarda Nacional). Completavam esse efetivo 970 artilheiros e engenheiros (duas baterias do 2º Regimento de Artilharia a cavalo, o 3º Batalhão de Artilharia a pé e um contingente do Batalhão de Engenharia)

O primeiro nome cogitado para assumir o comando das forças imperiais foi o de Caxias, que, ao ser sondado, respondeu que aceitaria desde que também assumisse a presidência da Província do Rio Grande do Sul, com o que não concordou o Gabinete liberal que conduzia o Governo naquela ocasião. Convidado oficialmente para a função, em 14 de fevereiro, recusou o convite, razão por que Osório foi nomeado interinamente, em 18 de fevereiro, para substituir o Marechal João Propício, que, doente, se retirava para sua província natal.

Osório assumiu o comando enfermo (1º de março) e com a tropa em condições muito precárias. Como chefe e como líder, começou a organizá-la. Em abril, começaram a chegar os batalhões de voluntários, e seu efetivo alcançou 13 mil homens. Nomeou o Brigadeiro Antônio de Sampaio inspetor da Infantaria, encarregando-o de instruir a tropa, o que seria feito durante o deslocamento para a região de Corrientes.

Um exemplo da sua ação de comando está contido na resposta a um ofício do Brigadeiro Soares de Andréa, participando a deserção de guardas nacionais sob seu comando, os quais alegavam falta de abarracamento, abrigo, enfermidades e maus-tratos no acampamento. Responde-lhe Osório:

“Ilmo e Exmo Senhor – Recebi seu ofício, em que me participa terem desertado 34 praças dos 1º e 4º corpos, mas não me diz V. Exa. se foram presos, como deveriam ser, os oficiais de estado-maior de dia e inferiores desses corpos; porque, se eles estivessem com a precisa vigilância, os soldados não levariam o armamento e o arriamento do quartel. Portanto, quando

essas deserções se derem, devem ser presos por três dias os oficiais de serviço aos corpos.”

E mais adiante, no mesmo ofício, referindo-se à Guerra de Independência, em que era tenente:

“Neste lugar onde estou acampado, vi o Exército do Brasil, em 1823, combatendo todos os dias quase nu. O próprio general sofria o que todos tinham – muquiranas. Duas libras de carne magra eram a ração do soldado; o calçado era de pelego; o soldo pagava-se de 15 em 15 dias. Compare V. Exa. este estado com o de hoje e diga se há motivo para o horror e para as histórias que desmoralizam a tropa. Sem embargo, desejo proporcionar quanto em mim couber o bom êxito para o tratamento dos sãos e dos doentes.”²

A História do General Osório, fruto do trabalho de seus netos Joaquim Luís e Fernando Luís, trata, em minúcias, da trajetória de Osório ao longo de toda a campanha com farta documentação de fontes primárias.

Registremos ainda, dessa ocasião, passagens do relatório que remeteu ao recém empossado Ministro da Guerra, Conselheiro Ferraz, em 27 de maio de 1865. Dele, destaco a referência à marcha da coluna de cavalaria que ultrapassava o Passo do Rio Negro em direção a Concórdia:

“Aquela coluna tem marchado lentamente, porque as cavalladas estavam em mau estado, pelo fato notável de não haver pasto ao sul do Rio Negro, consequência da fatal seca que houve no verão e do frio e chuvas que repentinamente substituíram o imenso calor.”

E mais adiante:

“A falta sensível do nosso Exército é a cavallada, o que me tem dado grave cuidado. O meu antecessor tinha contratado 11 mil cavalos, mas falharam. Eu contratei 7 mil, que ainda não recebi, de maneira que poucos temos obtido, e esses são destruídos na marcha para Paissandu (...) Outro mal que sofre o Exército é a peste da varíola e do sarampo, importada pelas forças navais que vieram do Norte, mal esse que não foi possível evi-

tar. E que surpreendeu-me sem os meios de inutilizar seus efeitos.. Foi preciso criar três hospitais a um tempo. Só não faltaram remédios (...) Não é exato o que aí se diz de serem mal alimentadas as praças do Exército, porque desde março tem o Exército sido alimentado na razão de uma rês de conta para 60 praças na Cavalaria e de 80 na Infantaria; café 1 onça; açúcar, 2 onças; bolacha, 4 onças, farinha de mandioca e mais uma ração diária de aguardente para cada praça (...) Da minha parte afianço a V. Exa. que, em mais de 42 anos de serviço militar, não vi por aqui dar-se tanto para a alimentação da tropa (...)"

Muito pouco se conhece e muito pouco se tem estudado sobre esse período tão preñado de ensinamentos. Alguns autores fazem um breve registro dessa verdadeira epopéia que antecede o início dos combates em território paraguaio. O General Paulo de Queirós Duarte, em sua alentada obra composta de 12 volumes sobre os Voluntários da Pátria,³ sintetiza-a de forma precisa:

“A marcha do Arroio Juqueri-Grande, ao norte de Concórdia, até a Lagoa Brava, uma região a leste de Corrientes, foi executada em 132 jornadas, de 11 de agosto a 20 de dezembro, marchando por uma estrada que não era mais que um caminho de diligências, em terreno arenoso, sujo e repleto de brejos, banhados e vários cursos d’água a serem transpostos, tudo isso sob condições atmosféricas sáfaras (impróprias) – em meio a um calor abrasador e, vez por outra, bafejada a tropa por precipitações atmosféricas que deixavam o fardamento e o calçado em péssimas condições.”

Os netos de Osório, em sua biografia, também registram essa marcha de 481km, do corte do Rio Uruguai ao corte do Rio Paraná, e colhem opiniões de outros escritores, afirmando não haver exemplo semelhante em campanha anterior na América do Sul, pelo tamanho do impedimento e pelo número de mortes. Essas perdas foram consequência das condições sáfaras a que se referiu o General Paulo de Queirós Duarte.

Inverno rigoroso, chuvas torrenciais e verão causticante, tudo isso marchando em terreno inóspito.

Mas nem tudo foi sofrimento. Nos quase dois meses passados no acampamento de Lagoa Santa (20 de dezembro a 10 de fevereiro), houve imensa confraternização. Atente-se para esse fato, pois estavam reunidos brasileiros de todos os nossos rincões, irmanados numa missão comum: defender a honra do Brasil. Nesses cinquenta e um dias, registram os biógrafos,⁴ “o Exército recebeu armamentos, munições e levadas de voluntários bisonhos, baldos de toda a instrução militar, (...) cada contingente com muitos oficiais comissionados, que, em geral, não sabiam instruir as praças que comandavam; eram tão recrutas quanto seus próprios soldados.”

O General Paulo Duarte, na sua momentosa obra, refere-se aos concertos e retretas que as bandas dos batalhões realizavam (principalmente as oriundas dos corpos policiais) numa verdadeira competição de qualidade. Há de se registrar, ainda, o clamor externado pela invasão paraguaia, em São Borja, em 10 de junho, mesclada com a vibração da magistral vitória da Marinha na batalha do Riachuelo, no dia seguinte, a qual, ao comando do Almirante Barroso, destruiu metade da Esquadra paraguaia no Rio Paraná, nas proximidades de Corrientes, sepultando o sonho do Paraguai Maior de Solano Lopes. Registrem-se as alegrias provocadas pela promoção de Osório a marechal-de-campo, em 8 de julho, e pela rendição de Estigarribia, em Uruguiana, no dia 20 de setembro. Vivia-se a expectativa do combate, num processo de preparação em movimento, enrijecendo-se a tropa para as refregas que estavam por vir.

Desse período sobressai uma figura pouco conhecida e até mesmo pouco festejada na nossa História Militar. Refiro-me ao então Tenente-Coronel José Carlos de Carvalho. Professor de Engenharia da Escola Militar da Praia Vermelha, possuía já extenso currí-

culo de obras realizadas. Fora ele que, entre outras, construíra a nova Fortaleza de Santa Cruz, tal qual a conhecemos hoje, obra que tem sido atribuída à engenharia lusitana. Como chefe da Comissão de Engenheiros do Exército Imperial, teve por missão facilitar o movimento naquela longa marcha, preparando e melhorando os caminhos, construindo pontes de circunstância, preparando as transposições dos rios caudalosos e participando de inúmeras tarefas logísticas a mando de Osório. Foi nessa época que se criou, em Corrientes, um laboratório para fabricar cartuchos e realizar a compustura de armas, tendo o mesmo entregue ao Exército, até o dia 19 de janeiro de 1866, 138 mil cartuchos de infantaria pesada, 178 mil de infantaria ligeira; 1 milhão e 41 mil cápsulas fulminantes, 410 mil cartuchos de cavalaria e 300 mil de pistolas.

O Tenente-Coronel Carvalho coordenou, a mando de Osório, a travessia do Rio Paraná em Passo da Pátria. Na biografia citada, na página 151 do segundo volume, consta uma longa nota explicativa sobre os preparativos e o andamento dos serviços que estavam sendo realizados.

A propósito, como fogem do escopo desse ensaio as análises prolongadas dos acontecimentos ocorridos ao longo de toda a campanha, penso ser altamente compensador um estudo detalhado dessa operação de transposição, as ações combinadas e conjuntas, sejam com a Esquadra Imperial, já com a presença de Tamandaré, sejam com os aliados, envolvendo as fintas e escaramuças, como a que acabou por vitimar o Tenente-Coronel Villagran Cabrita, na Ilha da Redenção, num banco de areia em frente ao Forte paraguaio de Itapiru.

Para finalizar esse breve ensaio, registro sumariamente a composição das nossas tropas durante a revista

que realizou o General Osório em Tala Cora, no dia 1º de março de 1866, 45 dias antes da invasão. Eram 6 divisões (duas de Cavalaria e quatro de Infantaria), compostas por 19 brigadas, sendo 6 de Cavalaria, 11 de Infantaria, 1 de Artilharia e 1 mista; que enquadravam 4 regimentos de Cavalaria Ligeira, 14 corpos de Cavalaria da Guarda Nacional, 12 batalhões de Infantaria, 28 corpos de Voluntários da Pátria, 1 regimento de Artilharia a Cavalos e 2 batalhões de Artilharia a pé, 1 batalhão de Engenheiros e 1 esquadrão de Transportes. Somavam-se 33.787 homens, sendo 4.347 cavaleiros, 20.537 infantes, 2.686 artilheiros (48 bocas-de-fogo) e 287 engenheiros. Compute-se, ainda, 4.380 doentes e 130 homens dos corpos especiais (Saúde, eclesiásticos e estados-maiores de 1ª e 2ª classe). Comparados aos 9.500 existentes em 1º de março do ano anterior, quando assumiu o comando do Exército Imperial, tem-se a exata noção do esforço despendido pelo Brasil para defender-se da agressão paraguaia e da dimensão do trabalho realizado por Osório ao longo desse tempo e das condições em que o executou. São passagens da vida do grande cabo-de-guerra pouco estudadas e que revelam sua capacidade de organização e de preparação da tropa que irá fazer história nos campos de Tuiuti, no cerco de Humaitá, na destruição do ponto forte de Piquiciri e na Campanha da Cordilheira.

A lança de ébano, com sua bandeirola drapejando ao vento, altaneira, tornar-se-á invencível no campo de batalha, marcando a presença do Leão do Herval nos anos que estariam por vir.

Sergio Roberto Dentino Morgado – General-de-Brigada, é natural da Cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho Técnico Consultivo da FUNCEB e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

¹ Bandeira, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata*. Renavan, 1985.

² Osório, Joaquim Luís e Osório Filho, Fernando Luís. *A História do General Osório*. v.2. RS, Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1915.

³ Duarte, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. BIBLIEX, 1983

⁴ Osório e Osório Filho, 1915, v. 2. p. 140.